



Por uma história do ativismo negro em Brasília e no Distrito Federal: algumas considerações metodológicas e contextuais

For a history of black activism in Brasília and the Federal District: some methodological and contextual considerations

 Marcelo José Domingos *

Recebido em: 5 jun. 2023
Aprovado em: 28 out. 2024

Resumo: Este artigo apresenta elementos metodológicos e conceituais de minha investigação de doutoramento sobre o ativismo negro no Distrito Federal, trazendo subsídios para que o professor da Educação Básica discuta o tema em sala de aula. Em minha tese – *The Modernist City, Racial Repression and Political Resistance: Narratives of National Security and Black Activism in Brasília, Brazil (1978-1988)*¹ –, pesquisei e analisei arquivos confidenciais e secretos sobre o ativismo negro brasileiro nos últimos anos da ditadura militar brasileira. Ao investigar conceitos de democracia racial, nação e anti-subversão em arquivos de inteligência e usando abordagem da corrente norte-americana de *Critical Archives Studies*, demonstro como o Estado brasileiro elaborou sua narrativa de raça dentro da máquina burocrática, negando a existência de preconceito racial e a agência política negra. Minha pesquisa incorpora, também, uma perspectiva histórica vista de baixo por meio da análise dos testemunhos orais de ativistas negros e seu papel no complexo cenário político do Brasil na década de 1980.

Palavras-chave: Ativismo Negro. Repressão Racial. Resistência Política.

Abstract: This article presents methodological and conceptual elements of my doctoral research on Black activism in the Federal District, offering resources for middle school and high school teachers to discuss the topic in the classroom. My thesis – *The Modernist City, Racial Repression, and Political Resistance: Recovering Narratives of National Security and Black Activism in Brasília, Brazil (1978-1988)* – explores and analyzes confidential and secret files related to Black Brazilian activism during the final years of the Brazilian military dictatorship. By investigating concepts of racial democracy, nation, and anti-subversion within intelligence archives and employing approaches from Critical Archives Studies, I demonstrate how the Brazilian state crafted its racial narrative within its bureaucratic machinery, denying the existence of racial prejudice and Black political agency. My research also incorporates a bottom-up historical perspective by analyzing the oral testimonies of Black activists and their role in Brazil's complex political landscape during the 1980s.

Keywords: Black Activism. Racial Repression. Political Resistance.

* Ph.D. em história latino-americana da Universidade do Texas, em Austin, nos Estados Unidos. Meus interesses de pesquisa incluem a investigação das interseções entre raça, cultura e política, particularmente no que se refere ao ativismo negro e aos arquivos de inteligência da ditadura brasileira. Contato: marcelojosedomingos@gmail.com

Introdução

Em minha tese de doutorado, *The Modernist City, Racial Repression and Political Resistance: Narratives of National Security and Black Activism in Brasília, Brazil (1978-1988)*, investiguei como o governo brasileiro lidou e retratou o ativismo negro nos últimos anos da ditadura militar no Distrito Federal – DF. Mais especificamente, examinei arquivos e documentos secretos do governo desse período para entender como o Estado tentava controlar a narrativa em torno da questão racial no monitoramento dos grupos ativistas. Esses documentos mostram como o governo frequentemente negava a existência de preconceito racial e ignorava os esforços políticos de ativistas negros. Minha principal fonte documental foi o *Fundo Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal* – Fundo SSP-DF – disponível no Arquivo Público do Distrito Federal. Meu objetivo, neste artigo, será apresentar dois elementos dessa investigação aos professores da Educação Básica, ajudando-os a envolver os alunos em discussões sobre letramento racial, raça, ativismo e sobre as complexidades da história brasileira.

Neste artigo apresento, portanto, de maneira sucinta, dois elementos de minha investigação de doutoramento: um *metodológico*, sobre as fontes primárias consultadas e seus sujeitos, sua organização, geração de silêncios e seu impacto na memória do ativismo negro na Capital;² e outro *contextual* sobre a Ditadura Militar (1964–1986), os marcos institucionais e legais da redemocratização e seu consequente impacto no ativismo negro local.

Dado o seu conteúdo, este artigo é uma colaboração para o ensino de História na Educação Básica, abordando o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e as questões relacionadas à memória e justiça em torno das violações de direitos humanos. Além disso, este trabalho está relacionado aos processos de resistência e às propostas de reorganização da sociedade brasileira durante o regime, bem como as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, e a atuação dos movimentos de contestação. Também compara as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, destacando a censura política, a opressão, o uso da força, e as reformas socioeconômicas realizadas nesses contextos, bem como seus impactos. No Ensino Médio, este estudo explora a presença de práticas como paternalismo, autoritarismo e populismo, tanto em períodos ditatoriais quanto democráticos, e relaciona essas práticas com as formas de organização social em defesa da democracia, cidadania e direitos humanos na sociedade atual.

Uma investigação sobre o ativismo negro no cenário de Brasília e do DF, no contexto dos anos finais da ditadura, inicialmente com base em documentos

secretos e confidenciais da Inteligência, está firmemente assentada em uma historiografia sobre o ativismo negro brasileiro, sobre a cidade de Brasília e o Distrito Federal: Gozalez&Hasenblag (1982); Hanchard (1994); Joffily (2013); e ainda Skidmore (1974) e Verena&Alberto (2007) para citar alguns.

Em minha investigação de doutoramento, foco nas lacunas na historiografia sobre o ativismo negro — suas *fontes*, seu uso — e sua *limitação geográfica*. No que tange às *fontes* primárias, uma parcela considerável das investigações sobre ativismo contemporâneo, especialmente após a fundação do Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial – MNU, em 1978, lidam com fontes primárias geradas pelos próprios ativistas. A predominância dos trabalhos sobre observação do ativismo e testemunhos orais pouco se dedicou sobre a repressão política e os arquivos secretos.

Uma segunda lacuna refere-se à limitação geográfica dos estudos sobre ativismo. Observei que uma parcela considerável das obras elencadas ignora, ou pouco menciona, o ativismo negro produzido em Brasília e no DF no período da ditadura (1964-1986), em especial durante a década de 1980. Usualmente, os trabalhos sobre o tema estão voltados para as cidades do Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), e São Paulo (SP), não por coincidência, historicamente, pontos de grandes concentrações de populações negras.

Por conseguinte, tem-se na historiografia uma narrativa sobre o ativismo gerada por ele mesmo – o que não constitui, em si, um problema. Todavia, sabe-se pouco sobre como o racismo do Estado brasileiro operou dentro da máquina estatal durante o período de repressão. Neste sentido, os documentos produzidos pela ditadura são um vasto campo de análise e investigação. No século XXI, alguns autores contudo, tem se debruçado na análise dos documentos de Estado — especialmente de inteligência – sobre o ativismo negro: é o caso de trabalhos como de Lucas Pedretti (2021); Sebadelhe e Peixoto (2016) e Kössling (2007).

Em minha investigação sobre o caso de Brasília e do Distrito Federal, me debruço sobre essas lacunas. Investigo a retórica do Estado sobre o ativismo, com foco nos documentos da Ditadura sobre o ativismo durante a transição – ou, em outras palavras, a produção de informação sobre o ativismo negro durante o regime e seus discursos no contexto singular dos últimos anos da Ditadura na capital da República.

Entendo que toda contextualização implica em cortes arbitrários no tempo e no espaço. A escolha do período compreendido entre 1978 e 1988 considerou *dois* fenômenos interconectados que possuem, como pano de fundo, os últimos anos da Ditadura seguidos pela redemocratização e o advento da Nova República, com a promulgação da Constituição de 1988. O *primeiro* deles

é a retomada da atividade política na capital federal, ocorrida em meio ao processo de descompressão política (1974-1985), a fundação do MNU na cidade de São Paulo e o início das atividades dos grupos antirracistas registradas pela repressão em Brasília. Segundo, no DF, essa retomada das atividades políticas, no fim dos anos 1970, gerou uma inédita produção de relatórios de inteligência, contrastando com os anos anteriores. Tal documentação, gerada pelas atividades de monitoramento da repressão àquelas atividades, é a base inicial de minha investigação e é formada, em grande parte, pelo registro de atividades e materiais produzidos pelos grupos negros do DF. Note que, parte destes mesmos materiais – tais como jornais, panfletos, atas de reuniões, entre outros registros –, não foi guardada pelos próprios ativistas antirracistas.

Grande parte dessa documentação tornou-se pública, em diferentes momentos, após o advento da Constituição de 1988, revelando milhões de páginas de documentos (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 12). A documentação referente especificamente ao DF, foi transferida para o Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, em 1995, por determinação do então governador Cristovam Buarque, expressa na Lei Distrital nº 881, de 6 de julho de 1995, compondo o Fundo Secretaria de Segurança Pública – SSP - DF.³ O fundo consiste, basicamente, dos registros de inteligência sobre a atividade política no DF desenvolvida por sindicatos, partidos, grupos políticos, entre outros, produzidos pela SSP - DF entre os anos de 1969 e 1989. Entretanto, esse conjunto documental, contendo aproximadamente 50 mil páginas, só foi aberto ao público para consulta em 2016.⁴

Feitas essas considerações iniciais, este artigo está organizado em duas seções. A primeira apresenta uma breve e necessária discussão sobre as fontes primárias utilizadas na pesquisa, produzidas entre 1978 e 1988. Nela, demonstro como os arquivos (*Archives*), são necessários para a interpretação da perspectiva do Estado no registro das atividades antirracistas. Não me refiro ao arquivo como "entidade física".

Em minha tese de doutoramento, utilizei o entendimento norte-americano sobre Arquivos. Por este motivo, o leitor irá notar a relativa ausência de parâmetros conceituais na investigação documental comuns a historiografia brasileira, em contraposição especial atenção a elementos empíricos. Esta discussão não ignora, todavia, colocações consagradas sobre arquivos propostas por exemplo, por Alerte Farge (1989), Marc Bloch (1949), Michel de Certeau (1975) ou Pierre Nora (1993) sobre o tema. Todos estes autores são, em parte referendados, por autores como Terry Cook. No meu trabalho com fundos documentais, todavia, as considerações de Cook mostraram-se mais pertinentes com a minha investigação. Como os autores franceses, Cook considera os arquivos como espaços de poder e aqueles que o produzem e organizam não são sujeitos imparciais.⁵

Entretanto para aquele autor, o *fundo documental* não deve ser entendido como uma entidade física, mas sim como *um construto intelectual que reflete a organização funcional e administrativa dos documentos acumulados por um criador ao longo do tempo*. Em suas discussões, Cook aponta que a função do arquivista — ao decidir o que será registrado — influencia diretamente o conteúdo do arquivo, destacando a não neutralidade da atividade arquivística. Tal reflexão é crucial para a análise do Fundo SSP-DF, que passou por reorganizações que moldaram sua narrativa, oferecendo pistas sobre as perspectivas do Estado sobre raça, racismo e ativismo negro em diferentes momentos históricos (Cook, 1992, p. 32-33). Ainda, neste processo, entendo que a própria organização dos arquivos geram uma narrativa própria.

Por consequência a Administração Pública que produz e organiza seus registros precisa ser entendida como parte necessária à investigação das fontes. Essa consideração é essencial para a compreensão de como o racismo operou no interior da burocracia ditatorial.

A segunda seção foca na contextualização do momento político do ativismo negro na capital. Usualmente, o ensino de História em sala de aula sobre este período dedica-se ao estudo de grandes eventos do período republicano brasileiro, evitando conexões com movimentos sociais e políticos de grupos historicamente negligenciados. Aqui, demonstro essas conexões históricas como colaboração para o trabalho pedagógico do professor.

1. Elemento metodológico: as fontes primárias consultadas, seus sujeitos, sua organização, geração de silêncios e seu impacto na memória do ativismo negro na Capital

1. Algumas considerações teórico-metodológicas sobre arquivos

Em minha investigação de doutorado, argumento que os arquivos da Inteligência no DF, suas condições de produção, sua organização, seu conteúdo preservado foram determinantes para compreender a perspectiva estatal sobre o ativismo negro nessa Unidade da Federação, bem como justificar os seus silêncios e omissões. Entendo que o caráter complementar das informações produzidas no DF, aliado à negligência no monitoramento das periferias e na atenção às atividades em Brasília, lograram em permitir um interessante espaço de atuação para o ativismo negro no DF.

Como Kirsten Weld (2014), entendo que os elementos da história de um dado *conjunto arquivístico* são tão relevantes quanto o *conteúdo* dos documentos que o constituem:

Por que um determinado documento foi criado **e** por que ele foi agrupado com outros documentos e mantido para constituir "arquivos" são questões mutuamente dependentes.

Qualquer arquivo contém muito menos do que exclui, como os arquivistas sabem, e cada arquivo tem sua própria história — uma história que condiciona a capacidade de interagir com ele, escrever a partir dele e entender os sistemas maiores de poder, controle e legibilidade que a prática de arquivamento necessariamente viabiliza. [...] Para pensar de forma arquivística, então, devemos colocar os arquivos — com suas histórias, suas contingências, seus silêncios e lacunas, e suas políticas — no centro de nossas questões de pesquisa, em vez de simplesmente relegá-los a notas de rodapé e parênteses (Weld, 2014, p. 13; grifos nossos).

Ainda, meu entendimento aqui é de que o arquivo em si é um texto a ser lido, assim como o seu conteúdo. Acompanho a perspectiva de Ann Stoler (2008), para quem o entendimento da instituição que gera o arquivo é parte necessária de sua interpretação e de seu conteúdo. Concordo também com Cook e Swartz (2002, p. 174), acerca da associação dos arquivos com as estruturas de poder. Os referidos autores informam que “arquivos não são depósitos passivos de coisas velhas, mas são locais ativos onde os poderes sociais são negociados, contestados e reafirmados. Então, por extensão, a memória não é algo achado ou coletado em arquivos, mas sim algo construído e continuamente reelaborado.” (Cook, 1992, p. 28).

Terry Cook (1993) ainda discute o conceito de “fundo” arquivístico (*archival fonds*). O autor argumenta que a organização e seleção arquivística não são neutras, mas constroem uma *narrativa* – um aspecto visível na representação dos movimentos sociais nos arquivos. Nesse contexto, fundo documental pode ser definido como o conjunto de documentos acumulados organicamente por uma entidade devido à sua função. Mas os arquivistas, ao selecionar e organizar documentos, acabam fragmentando o que antes era uma unidade no contexto original. Este ato de reestruturação intencional transforma o fundo em um “constructo intelectual” – um conceito que guia a compreensão dos fundos como resumos de descrições de entidades físicas, além de representar o caráter administrativo, histórico e funcional dos criadores dos registros. A análise do *Fundo SSP-DF*, marcado por reorganizações significativas em 1976 e nos anos 1980, permite investigar quais imagens o Estado decidiu preservar sobre si mesmo, e sobre seus investigados.

Como afirmei anteriormente, os arquivos devem ser entendidos como espaços de poder, e os que o produzem e organizam não são sujeitos imparciais. Uma sociedade que se considera uma ‘democracia racial’ – assim o atestam documentos oficiais –, tanto *expressamente* em seus textos, como *implicitamente* em sua organização documental, o uso pedagógico da fonte primária necessita das seguintes problematizações: *quem organizou as fontes? quando o documento foi originado?*

1.2. Implicações práticas: o Fundo SSP - DF, o registro de atividades no Distrito Federal e algumas de suas características

Em um dado momento, o movimento metodológico de focar nos arquivos, em suas condições de produção, em vez de em seu conteúdo, foi necessário em minha pesquisa, pois, conforme verifiquei, os documentos do DF sobre o ativismo negro possuem pressupostos não-expressos do Estado, omissões de grupos, pessoas e atividades. E, contraditoriamente, representam quase a totalidade de material produzido do ativismo negro naquela Unidade da Federação entre os anos 1978 e 1988. Refiro-me aqui aos grupos *Movimento Negro Unificado* – largamente baseado no Plano Piloto – e aos *Agentes da Pastoral Negra* – baseado em Ceilândia. Como o conteúdo dos documentos, em si, não evidenciam estes elementos, a mudança de foco foi, então, necessária para explicar tais pressupostos e omissões.

Para este artigo, apresento como relevantes dois grupos de condições de produção dos arquivos do Distrito Federal. O primeiro grupo, é o da própria burocracia brasileira que gerou os documentos. Em minha investigação, constato como o racismo inerente à sociedade brasileira operou dentro da burocracia estatal de maneira peculiar. A organização dos arquivos por mim investigados são, em sua totalidade, arquivos produzidos *pela* e *para* a burocracia brasileira durante a Ditadura Militar (1964–1986). Seu discurso, seus objetos de interesse e investigação são indubitavelmente filtrados pelos pressupostos de impessoalidade do Estado e, ao mesmo tempo, do mito da democracia racial. Por consequência, os arquivos possuem como características o reforço à retórica anti-subversão, reduzindo as demandas de igualdade racial a ‘atividades comunistas’; o *racismo* inerente, ao discurso da harmonia racial; o *paternalismo* estatal, à negação da capacidade de agenciamento (*agency*) do ativismo negro.

O segundo grupo de condições refere-se à compreensão das diferenças de trato do Governo do Distrito Federal – GDF, em relação ao direcionamento de suas políticas públicas, entre o Plano Piloto e as chamadas cidades-satélites. Ainda que orientados por diretrizes do Sistema Nacional de Informações - SNI, o governo local replicou suas práticas de administração dos recursos do Distrito Federal, que privilegiava a investigação das atividades políticas do Plano Piloto, negligenciando o que ocorria nas cidades-satélites. Combinado as já existentes características das investigações do ativismo negro nacional, comentadas em parágrafo anterior, os registros de inteligência da SSP - DF lograram em registrar parcamente o ativismo negro na Capital, negligenciando o relevante ativismo das periferias. Ainda, talvez inadvertidamente, esta relativa negligência permitiu a manutenção de um espaço de atuação dos grupos locais diferente dos grupos

negros dos grandes centros urbanos – como das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

No caso, tais práticas administrativas do GDF para com seus cidadãos afetaram diretamente o *que* foi registrado e *como* foi registrado; refiro-me a elementos contextuais da produção, suas condições de produção, o ponto de vista dos agentes de inteligência, seus relatórios e seu impacto no registro no ativismo negro no Distrito Federal.

O Fundo do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, ou simplesmente Fundo SSP-DF, é o grupo documental dos relatórios de informação oriundos da Polícia Militar do Distrito Federal e da Polícia Civil. Como parte do Sistema Nacional de Informações — SisNI. Todavia, o Fundo SSP - DF possuía também arquivos oriundos das Forças Armadas, Polícia Federal e do próprio SNI, disponíveis para acesso ao público no Arquivo Público do Distrito Federal.

Essa documentação faz parte de um conjunto maior de relatórios de inteligência produzido pelo Sistema Nacional de Informações. Este lidava, no âmbito doméstico, com a informação oriunda do conjunto de setores de informação no interior de órgãos públicos como ministérios, universidades federais, Forças Armadas, a Polícia Federal e as secretarias de segurança de cada estado. No exterior, por sua vez, o principal órgão de coleta de informações era o próprio Ministério das Relações Exteriores. Todo esse aparato possuía um único órgão coordenador, a 'cabeça' do sistema: o Serviço Nacional de Informações — SNI. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 114-115), o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei no 4.341, de 13 de junho de 1964, como órgão da Presidência da República. Tinha como atribuição articular e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação que interessavam à segurança nacional, e seu comandante exercia prerrogativas de ministro de estado.

Neste contexto, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal era uma peça *menor* no funcionamento do SisNI.⁶ Sua função era de monitoramento das potenciais ameaças políticas naquela unidade da federação, preparando *Informes* para o Serviço Nacional de Informações e monitorando a movimentação dos grupos subversivos locais – sindicatos, partidos políticos e associações.

Ainda no âmbito das condições de produção, a tipologia textual utilizada pela Inteligência é também relevante. Os documentos de inteligência brasileira, possuem uma vasta gama de formulários: “informes”, “informações”, “pedidos de busca”, “relatórios periódicos” de diversos tipos, entre outros. No fundo SSP - DF, os relatórios eram predominantemente “informes”, ou seja, relatórios de inteligência não opinativos, de monitoramento de um dado evento político. Os documentos oriundos do próprio SNI, das Forças Armadas ou da Polícia Federal, localizados no Fundo SSP - DF, eram, por sua vez, “informações”,

ou seja, relatórios de inteligência opinativos nos quais o agente de informações expressava seus pontos de vista sobre as atividades dos grupos antirracistas.

A produção de informes locais e a recepção de relatórios de informação de âmbito nacional acerca do ativismo negro no DF sugerem a posição secundária da Secretaria de Segurança Pública no interior do SisNI, assim como a relevância do ativismo local para as autoridades do Distrito Federal.

A Inteligência do DF era de fato uma peça menor, respondendo ao Sistema Nacional de Informações e, ainda, alinhada com o funcionamento da máquina administrativa local. Não por acaso, suas investigações seguiram a mesma linha das políticas públicas do governo local, negligenciando as atividades dos grupos negros nas cidades-satélites e privilegiando o monitoramento do Plano Piloto. Seguindo a tendência do SNI, o Centro de Informações da SSP - DF concentrou as atenções nas conexões com os 'subversivos', secundarizando o ativismo negro, como se este fosse mero sub — produto das esquerdas.

Esta postura, um tanto provinciana, da SSP-DF ia contra o padrão nacional de investigações do ativismo negro nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Seguindo a tradicional negligência do poder público, no âmbito das políticas públicas, para com as periferias, o setor de inteligência ignorou a influência do Clero Progressista – um dos grandes agentes da subversão de acordo com os documentos produzidos pelo SisNI durante o período militar – nas cidades-satélites. Ainda focando no Plano Piloto e nas conexões do MNU nacional com os partidos de esquerda, a Inteligência local concentrou sua atenção na seção do MNU-DF – que era essencialmente apartidária, diferentemente do que ocorria nas outras seções. Como resultado, em termos quantitativos, não mais que 186 páginas do fundo SSP - DF são relatórios do ativismo negro no DF – e quase todas estas dedicadas ao MNU-DF.

1.3. A documentação da SSP - DF sobre ativismo negro: quais eram os grupos ativistas e sua relação com os grupos políticos locais?

A documentação exclusivamente dedicada ao ativismo negro no Fundo SSP - DF não excede as 200 páginas, entre as aproximadamente 50.000 disponíveis. Grande parte desse conjunto documental é dedicada a anexos de textos, panfletos, transcrições de livros, com uma parte ainda menor dedicada a “relatórios”, “solicitações de busca”, entre outras tipologias textuais de vigilância localizadas no período entre 1978 e 1988. No entanto, encontrei várias referências a grupos negros locais em uma pesquisa cruzada com outras associações políticas e dossiês sobre militantes de esquerda no Distrito Federal. Refiro-me, nesse caso, a arquivos não exclusivamente dedicados ao ativismo negro, mas nos quais tais grupos ou ativistas foram citados.

Nesta pesquisa, identifiquei quatro grupos do ativismo negro local. O primeiro, o *Movimento Negro Unificado do Distrito Federal*, fundado em 1981, com sua base geográfica de atuação no Plano Piloto e lideranças eminentemente femininas. O MNU-DF foi fundado, aparentemente, como uma dissidência do *Centro de Estudos Afro-Brasileiros* – CEAB, liderado por Carlos Moura, fundado em meados dos anos 1970, constituído por intelectuais negros e profissionais liberais negros da capital. Segue-se então, os grupos do ativismo negro católico: o *União e Consciência Negra* e os *Agentes da Pastoral Negra* – o primeiro de clérigos e o segundo composta por leigos com base de atuação em Ceilândia e também com lideranças femininas.

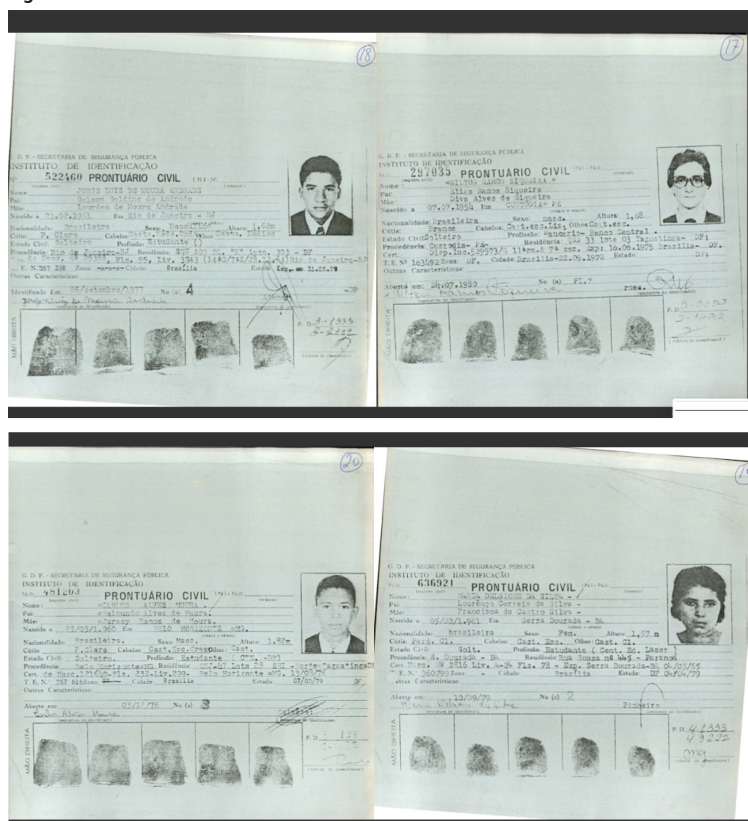
Dentre os vários grupos políticos com os quais os grupos locais antirracistas se coligaram durante a década de 1980, três merecem atenção especial: documentos relacionados a mulheres/feminismo, sindicatos e associações de base/estudantis. Em relação ao primeiro, a conexão entre o ativismo negro e as demandas feministas é particularmente relevante em meu estudo: no caso do MNU-DF e dos Agentes da Pastoral Negra, as lideranças eram eminentemente mulheres. Apesar da literatura sobre o ativismo negro do final da década de 1970 e início dos anos 1980 relatar uma liderança política negra mista, é notável que o feminismo negro tenha assumido um papel de destaque no ativismo em todo o país, desde a década de 1980 até os dias atuais. No entanto, os documentos sobre a atividade feminista no DF não revelam a presença da pauta racial.

Em relação aos sindicatos no Distrito Federal, apesar da presença negra em suas fileiras e do apoio de grupos ativistas negros como o MNU-DF em várias manifestações, a ausência da pauta antirracista é notável. Em Brasília, os maiores sindicatos vieram das associações de servidores públicos de classe média, assim como alguns ativistas negros. Fiquei surpreso com a completa ausência de qualquer discussão racial nesses sindicatos, apesar de, por exemplo, membros tanto do sindicato dos professores quanto do sindicato dos bancários — dois dos maiores sindicatos do DF — estarem ativos no MNU-DF, até mesmo ocupando posições de liderança. Parece que, apesar de terem apoio formal, eles não tinham voz dentro de seus próprios sindicatos.

As organizações estudantis eram, como os sindicatos, uma grande força política ativa em Brasília na década de 1970. Não por acaso, suas atividades deixaram uma grande quantidade de registros na coleção da SSP - DF, fortemente monitoradas pelo aparato repressivo.

No entanto, de acordo com os registros do aparato de repressão, estudantes não brancos não trouxeram a discussão da pauta racial para dentro do movimento estudantil. Dado que o ensino superior brasileiro na década de 1970 era predominantemente branco e de classe média, alguns poderiam perguntar se havia estudantes negros entre o corpo discente universitário. Dada a alta taxa de miscigenação da população brasileira, uma resposta ambígua faz sentido: sim e não. De fato, havia estudantes negros, mas eles nem sempre eram reconhecidos, ou *politicamente reconhecidos*, como negros; isto é, não localizei registros que informam uma atuação política, dentro do movimento estudantil, em defesa de demandas raciais. Além disso, aqueles vinculados ao movimento estudantil identificados pela SSP - DF não eram de grupos ativistas negros. Nesse sentido, um documento referente ao trigésimo quarto congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, em 1983, que ocorreu em Piracicaba, São Paulo, apresenta um interessante perfil sócio-étnico dos ativistas da organização. Chamo a atenção para a subjetividade do agente ao classificar o que é considerado “branco” no movimento estudantil e o que é “pardo claro”, conforme Figura 1 mostra. Mas não há ostensivamente ativistas negros; nesse, e em outros congressos da UNE no período que investigo, as demandas raciais não foram apresentadas (Figura 1).

Figura 1 – Prontuários civis de estudantes da UNE



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo Secretaria de Segurança Pública. Pedido de Busca 364 D3 / 82 CPM. 11 A RM in BR DFARPDF SSP - DF INF ENI 0461.pdf

A ausência de demandas raciais em grupos políticos no DF produziu resultados únicos para o monitoramento do ativismo negro nessa Unidade da Federação. Esse silêncio, aliado às práticas dos serviços de vigilância nacionais e locais, passou a mediar diferentes camadas de informação e lacunas sobre atividades antirracistas no Distrito Federal na década de 1980.

Para minha investigação, este universo documental quantitativo limitado a menos de 200 páginas e, ao mesmo tempo, vasto,⁸ é resultado da combinação das características que identifiquei na documentação local e nacional sobre o ativismo antirracista. Como consequência, verifiquei, na documentação consultada, uma grande atenção das investigações ao MNU-DF, atuante no Plano Piloto, em detrimento daquela direcionada aos agentes da Pastoral Negra da Ceilândia. Assim, a documentação sobre o ativismo negro no Distrito Federal é concentrada na atuação do MNU-DF.

Em suma, em minha investigação, verifiquei diferentes graus de silenciamento e omissões por parte dos investigadores e, por consequência, lacunas nas fontes. Neste caso, pouquíssima informação foi coletada pelos grupos nas chamadas 'Cidades Satélites' e no CEAB.

2. Elemento contextual: a Ditadura Militar

2.1 A doutrina de Segurança Nacional e o anticomunismo

A conexão entre o contexto da Ditadura Militar (1964-1986), a influência da Guerra Fria (1946-1990) sobre as elites nacionais e o impacto desses fatores no ativismo negro no mesmo período ainda carece de maior clareza, pois é essencial para compreender como essas forças moldaram as resistências e estratégias adotadas pelo movimento negro. Deste modo, esta seção é uma contribuição para o trabalho do professor de História em sala de aula, buscando conectar tais temas ao ativismo negro do período.

No caso da guerra fria, contexto bipolar das relações internacionais, seus eventos e ideias tiveram particular impacto nas elites e militares brasileiros e seus interesses locais - assim como na atenção dada ao ativismo negro brasileiro e do DF. Eventos como a revolução Cubana (1953-1959) e o pensamento geopolítico com base nas diferentes interpretações das Doutrinas de Segurança Nacional - DSN, acirraram setores conservadores brasileiros em relação à ameaça comunista, viabilizando o movimento de 1964.

Uma longa discussão sobre as DSN e a influência dos Estados Unidos em sua elaboração foge em demasia de minha investigação sobre o ativismo negro no Brasil. Mas a influência da DSN na América Latina (Garrard-Burnett, 2010 p. 28), o ineditismo do modelo brasileiro e seus desdobramentos para o ativismo negro justificam a discussão de sua literatura. Hal Brands (2010) informa sobre a similaridade dos objetivos das DSN - a segurança

interna e o desenvolvimento econômico - e a grande diferença entre os métodos empregados para atingir seus objetivos. Ian Lyles (2016), por sua vez, enfatiza o papel decisivo das elites locais latino-americanas, durante a Guerra Fria, na condução de suas políticas domésticas. Ainda, em seu obra seminal sobre o mesmo período, Odd Arne Westad (2007, p. 144), ressalta a hegemonia econômica dos Estados Unidos no período e sua influência nos países latino-americanos.

O entendimento das particularidades da DSN brasileira, bem como da influência do pensamento das elites brasileiras são necessárias para pensar como os militares trataram a questão racial durante a ditadura. Em linhas gerais, aquela elite entendia o Brasil como uma democracia racial e essa concepção foi incorporada à percepção política dos agentes públicos, especialmente os militares adeptos da DSN. Não por acaso, a variante brasileira da DSN, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra - ESG, viria incorporar a perspectiva da harmonia racial e sua ligação com a subversão, como uma questão de segurança nacional, justificando, assim, a ação firme do Estado contra os subversivos de acordo com Corradi, Fagen e Garretón (1992). É o que informam as Leis de Segurança Nacional de 1967 e de 1983 que criminalizavam a discussão racial no Brasil, explicitando o ponto de vista do Estado sobre o tema. Tanto o decreto Lei nº 314, de 13 de março de 1967, em seu artigo 33 e a Lei nº 7170 de 1983, artigo 22 - em pleno processo de redemocratização aliás - informam que atos ao ódio ou a discriminação racial como crimes contra a segurança nacional. Deste modo, os relatórios de inteligência sobre os grupos ativistas consideravam aqueles grupos como... racistas.

No que tange ao anticomunismo, que motivou a "Revolução" de 1964, o Exército Brasileiro possuía seu próprio histórico, anterior à Guerra Fria e à Doutrina de Segurança Nacional. Ferreira (2005) demonstra como o anticomunismo foi historicamente elaborado no Exército, interpretando as comemorações dos soldados mortos da *Intentona Comunista*, em 1935.⁹ Segundo o autor, o anticomunismo é uma "fórmula ideológica" que caracteriza "o Exército como apolítico e ao mesmo tempo como um ator político legítimo, mas também proíbe a entrada de outras ideologias dentro do Exército." (Ferreira, 2005, p. 42) Na perspectiva dos militares, o discurso comunista é subversivo à ordem democrática - assim como a discussão política sobre raça.

2.2 Breves considerações sobre a Ditadura Militar (1964-1986), o ativismo antirracista e os marcos institucionais e legais do regime

Minha tese de doutoramento recupera as trajetórias do ativismo negro com base em relatórios de inteligência e nas perspectivas dos próprios ativistas entre os anos

de 1978 e 1988. O início da gestão Figueiredo (1978-1985) e a respectiva legislação marcam os anos finais da ditadura, que foi legalmente encerrada com o processo da Constituinte (1986-1988). Para o ativismo negro, o ano de 1978 é considerado um marco, sendo amplamente aceito pela literatura especializada como o início de um período em que sua agenda política começou a ser incorporada, culminando com a conquista de parte dessa agenda na Constituição da Nova República — com o reconhecimento do Estado e da sociedade brasileira da existência e criminalização do racismo.

A escolha deste período tem sua justificativa. Cabe ressaltar que, no plano econômico, os militares foram especialmente bem-sucedidos entre anos de 1968 e 1972. A grande popularidade do governo e a relativa prosperidade dos anos 1970 possibilitaram o acesso inédito de negros a universidades, permitindo o desenvolvimento de uma intelectualidade negra, núcleo do movimento negro contemporâneo (Pereira, 2010; Skidmore, 1988). No período seguinte, entre 1978 e 1988, no qual uma ordem institucional ditatorial está sendo paulatinamente modificada com uma sequência de novas leis e práticas democráticas, os serviços de inteligência atuaram a pleno vapor, produzindo grande parte da documentação sobre o ativismo negro. Não por acaso, Argemiro Figueiredo (2005) informa que o escopo de atuação do Serviço Nacional de Informações, o núcleo central do Sistema Nacional de Informações, em verdade aumentou durante a gestão Sarney (1985-1989) — primeiro presidente civil no Brasil desde 1964 (Figueiredo, 2005, p. 378).

Por este motivo, em minha investigação, os marcos institucionais e legais da ditadura foram seguidos de perto pela atividade de inteligência.¹⁰ Com a transição oficialmente iniciada em 1985 e com a transmissão da faixa presidencial para o primeiro civil desde 1964, a ditadura se encerra. Mas em termos legais, a nova ordem constitucional só seria efetivada três anos depois. Ou seja, institucionalmente, parte do arcabouço legal e da repressão estava em vigor, bem como seu aparato de vigilância política.

2.3 Os marcos legais da redemocratização e o ativismo negro no Distrito Federal

Por este motivo, em minha investigação, os marcos cronológicos que adoto coincidem com os marcos legais da redemocratização. O início do período investigado, 1978, marca tanto o ato público de fundação do *Movimento Negro Contra Discriminação Racial* (MNUCDR depois somente MNU), ocorrido em junho na cidade de São Paulo, quanto o início da gestão de João Figueiredo (1979-1985), o último dos generais presidente. Esse último iria acelerar o relaxamento do

regime com a Lei da Anistia — Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concomitante, o ativismo negro no Distrito Federal vem apresentar suas primeiras atividades públicas: o primeiro grupo antirracista registrado foi o *Centro de Estudos Afro-Brasileiros — CEAB*, data de agosto de 1979 — no mesmo mês em que a anistia foi concedida pelo regime militar. A seção Distrito Federal do MNU só viria a ser fundada em 1981 (Arquivo Nacional, 1980, Informação 490).

Outros dois marcos legais são necessários para se entender esse período e seu impacto no ativismo negro no Distrito Federal. As leis de segurança nacional e os avanços da lei eleitoral do final dos anos 1970. Primeiro, as leis de segurança nacional dos anos de 1967 e 1983. Apesar da flexibilização do regime desde 1974, os partidos comunistas ainda eram proibidos de existir, e suas eventuais atividades seriam enquadradas na Lei de Segurança Nacional em vigor. Desde 1967, os militares criminalizaram a discussão pública crítica sobre questões raciais e proibiram a discriminação racial no Decreto Lei nº 314, de 1967. Essa lei, durante a gestão do Presidente Figueiredo, teve nova redação em 1983, mantendo as restrições à discussão racial. A seção *Crimes e Penas*, no artigo 22 da última versão da Lei de Segurança Nacional, de 1983, afirma que a propaganda pública de discriminação racial e a luta de classes são crimes puníveis com um a quatro anos de detenção.

Em outras palavras, o ativismo negro brasileiro era monitorado por questões de segurança nacional. Não por acaso, muitos documentos sobre o ativismo negro durante o período que investigo possuem, então, um título estranho aos ativistas: “racismo negro no Brasil”.¹¹ De acordo com a Lei de Segurança Nacional, as discussões propostas pelos grupos antirracistas poderiam incitar conflitos raciais no Brasil. Por este motivo, os ativistas eram supostamente os racistas, não o contrário.

O segundo conjunto de leis relevantes para a política de transição e que teve impacto no ativismo negro, foram as melhorias legais cumulativas na legislação eleitoral: o fim do arranjo bipartidário, em 1979, e a Emenda Constitucional, de 1985. Em 1979, em meio ao período de descompressão, o Congresso votou para dismantelar o sistema bipartidário e autorizar a fundação de novos partidos através da Lei 6767 de 20 / 12/ 1979 Como resultado, foram criadas parte das condições políticas para a Nova República — o multipartidarismo e novos partidos de oposição, como Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, a reformulação do antigo Movimento Democrático Brasileiro — MDB, e a volta da esquerda à legalidade com Partido dos Trabalhadores — PT.

No mesmo período, portanto, os novos partidos políticos tornaram-se o centro da política brasileira na transição para a democracia, representando diferentes demandas sociais — inclusive a luta antirracista. Não por surpresa, e

vislumbrando uma fonte potencial de apoio em grupos da coalizão ligados ao movimento negro, os partidos de oposição desenvolveram um novo interesse pela discriminação e desigualdade racial. Os anos de 1979 e 1980 tiveram, então, um número inédito de candidatos negros em São Paulo – estado mais populoso do país (Andrews, 1991, p. 195-197). As eleições de 1982 e 1986, todavia, não responderam positivamente às aspirações antirracistas. Pouquíssimos candidatos negros chegam às legislaturas federal e estadual através do voto.

Por sua vez, a Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985 – conhecida como “Emendão”, foi além da lei de 1979 ao estabelecer eleições diretas para prefeituras em cidades consideradas, pelo regime militar, como áreas de segurança nacional. A Emenda também concedeu direito de voto a analfabetos e jovens com mais de 16 anos, facilitando o registro de novos partidos. Além disso, a nova legislação permitiu a legalização do Partido Comunista Brasileiro – PCB, dos comunistas e do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. E, por fim, a inovação mais crucial dessa Emenda, sem dúvida, foi a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, que viria promulgar uma Constituição em 1988. A Emenda Constitucional de 1985 criou condições para que os partidos comunistas desenvolvessem legalmente suas atividades e, para o ativismo negro, trouxe a possibilidade de participar, no processo constituinte, como grupo político da sociedade civil pela primeira vez na história. Por um outro lado, a vigilância poderia facilmente monitorá-los.

Para o ativismo negro no Distrito Federal, esses sucessivos marcos legais permitiram um ambiente propício para o desenvolvimento de suas atividades. Para o Distrito Federal, a abertura política permitiu a volta às atividades políticas em larga escala depois do grande período de repressão entre os anos 1967 e 1972. Não por acaso, os registros de atividade política, de manifestações, atos públicos e comícios no Distrito Federal aumentam substancialmente a partir do ano de 1978. E o ativismo negro local iria acompanhar essa tendência.

Conclusão

Ao contrário do que informava o antropólogo James Holston (1989) – de que a capital modernista era uma cidade vazia de pessoas e, por consequência, sem atuação política –, Brasília e o Distrito Federal possuem histórias políticas pulsantes, documentadas pela repressão e pela mídia local e pouco investigadas. Essa afirmação é particularmente verdadeira no que tange o ativismo negro na capital, protagonista e ponto de articulação com as organizações nacionais negras especialmente durante a Constituinte (1986-1988) – fartamente documentado pela repressão. Ao apresentar brevemente um elemento metodológico e um elemento contextual de minha tese de doutorado, este artigo busca trazer novas indagações e possibilidades de ensino para os professores de Educação Básica sobre o ativismo negro em Brasília e no Distrito Federal, contextualizado, no caso, dentro das dinâmicas repressivas e das narrativas impostas pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar. Ainda, ao expor os elementos metodológicos e contextuais – bem como silêncios e lacunas historiográficas na documentação e no estudo do ativismo negro –, proponho uma reflexão sobre o papel da resistência negra em espaços políticos frequentemente ignorados pela historiografia tradicional – no caso, Brasília e Distrito Federal – e a relevância desse tema para a construção de uma memória mais inclusiva e crítica na Educação Básica.

Este estudo – e as possibilidades de seu uso por professores –, não só contribui para o ensino de história ao explorar aspectos da repressão, do autoritarismo e da luta por direitos na ditadura brasileira, mas também oferece aos professores possibilidades para discutir cidadania e direitos humanos de maneira conectada às experiências locais de resistência negra. Finalmente, ao trazer novas perspectivas sobre a participação e a *agency* de ativistas negros, busco incentivar a formação de estudantes do Distrito Federal (e do Brasil) conscientes do papel que os movimentos sociais desempenharam – e ainda desempenham – na defesa da democracia e na promoção da justiça social no Brasil. ■

Notas

- ¹ A tese em questão foi defendida em novembro de 2022, sob orientação do professor Seth W. Garfield do Departamento de História da Universidade de Texas, em Austin, nos Estados Unidos. O trabalho foi desenvolvido com o suporte da SEEDF, por meio do Afastamento Remunerado para Estudos.
- ² Os grupos ativistas negros identificados no Fundo SSP-DF foram: *Centro de Estudos Afro-Brasileiros* – CEAB; *Movimento Negro Unificado*, MNU-DF; e os grupos católicos *Os Agentes da Pastoral Negra* e *O Grupo União e Consciência Negra*. Em minha tese de doutorado, exploro profundamente as origens desses grupos, analisando horas de depoimentos de seus integrantes. O espaço deste artigo, entretanto, será dedicado a uma pequena fração dessa pesquisa.
- ³ Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo Secretaria de Segurança Pública. O.E. 108/95 - Sup/ArPDf, 27 de Julho de 1995. BR-ARPDF-ARPDF-B-3-1-C-1-0026-0001ocr.pdf
- ⁴ <http://www.atom.arquivopublico.df.gov.br/index.php/secretaria-de-seguranca-publica>
- ⁵ Desenvolvo essa questão na segunda seção do presente artigo.

- ⁶ Considere que o Distrito Federal em seus primeiros anos possuía uma baixa população. Todavia, em termos de SisNI, seus principais centros de comando localizavam-se em Brasília: O Estado-Maior das Forças Armadas e seus serviços de inteligência, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal. Para a SSP-DF, portanto, restava uma parcela menor das atividades de vigilância.
- ⁷ Uma nota necessária. Meu trabalho de doutoramento é extenso. Nele aprofundo as discussões e as características da documentação investigada, não sendo possível apresentar essa discussão, nesses termos, nos limites deste artigo.
- ⁸ Vasto, pois, no caso do MNU-DF, simplesmente toda a documentação produzida por aquele grupo não foi guardada por seus integrantes, mas paradoxalmente, foi coletada e preservada pela repressão que o vigiava.
- ⁹ Com base nos militares de baixa patente e no apoio do *Comintern*, a Intentona Comunista foi uma tentativa comunista de tirar o presidente Getúlio Vargas, em 1935. Esse evento serviu de pretexto para a emergência do Estado Novo varguista, entre os anos de 1937 e 1946. O levante falhou, mas deixou sequelas entre os militares brasileiros. Desde então, o Exército brasileiro comemora esse acontecimento, reforçando os laços anticomunistas.
- ¹⁰ Refiro-me à fundação do Serviço Nacional de Informações - SNI - a 'cabeça' do Sistema Nacional de Informações em 1964. As leis de segurança nacional de 1967 e 1983 que tipificaram a discussão da política racial como crime contra a Segurança Nacional; o incremento das atividades de vigilância com o advento da Anistia em 1979 - que trouxe de volta os exilados políticos e sua subsequente participação na cenário de transição; e a própria movimentação política gerada antes, durante e depois da Assembleia Nacional Constituinte em 1986.
- ¹¹ É o caso por exemplo do relatório de Inteligência do ano de 1976. Arquivo Nacional. INFORME CISA RJ 0204, 20/10/1976 in BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0272_d0001de0001.pdf.

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Histórias do movimento negro**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.
- ANDREWS, George Reid. **Blacks and whites in São Paulo, Brazil: 1888-1988**. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1991.
- ARQUIVO NACIONAL. **Fundo Serviço Nacional de Informações. Informação 490, 10/07/1980**. In: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80008964_d0001de0001.pdf.
- ARQUIVO NACIONAL. **Informe CISA RJ 0204, 20/10/1976**. In: BR_DFANBSB_Z4_DPN_ENI_0272_d0001de0001.pdf.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Termo de transferência 04/95, 23 de novembro de 1995**. In: BR-ARPDF-ARPDF-B-3-1-C-1-0026-0004ocr.pdf.
- BLOCH, Marc. **Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien**. Paris: Armand Colin, 1949.
- BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**: concede anistia e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 27 mar. 2022.
- BRANDS, Hal. **Latin America Cold War**. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2010.
- CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- COOK, Terry. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**, n. 35, p. 24-37, jan. 1993. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11882>. Acesso em: 6 nov. 2024.
- COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival Science**, v. 2, n. 3-4, p. 171-185, set. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02435620>.
- CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETON, Manuel Antonio. **Fear at the edge - state terror and resistance in Latin America**. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1992.
- FARGE, Arlette. **Le goût de l'archive**. Paris: Seuil, 1989.
- FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder: análise dos discursos anticomunistas do exército brasileiro**. São Paulo: Annablume Editora, 2005.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005.
- FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

- FICO, Carlos. **Como eles agiam - os subterrâneos da ditadura militar:** espionagem e polícia política. São Paulo: Record, 2001.
- GARRARD-BURNETT, Virginia. **Horror in the Land of the Holy Spirit:** *Guatemala under General Efraín Ríos Montt 1982-1983*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- GONZALEZ, Lelia; HASENBALG, Carlos Alberto. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- HANCHARD, Michael George. **Orpheus and power:** the Movimento Negro of Rio de Janeiro São Paulo, Brazil, 1945-1988. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- HOLSTON, James. **The modernist city:** an anthropological critique of Brasília. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1989.
- HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip. **Violence workers:** police torturers and murderers reconstruct Brazilian atrocities. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2002.
- ISHAQ, Vivien, FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de Sousa. Prefácio. In: **A Escrita da Repressão e da Subversão, 1964-1985**. Publicações Históricas. Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=vC2-nQEACAAJ>.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem - os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, 1969-1975**. Edusp/Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 2013.
- KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **"As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)"** Dissertação (Mestrado em História Social), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-01112007-142119>.
- LANGLAND, Victoria. **Speaking of flowers:** student movements and the making and remembering of 1968 in military Brazil. Durham; Londres: Duke University Press, 2013.
- LYLES, Ian Bradley. **Demystifying counterinsurgency: U.S. army internal security training and South American responses in the 1960s** (PH.D. Dissertation, University of Texas, 2016).
- NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1993.
- PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura:** bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro:** a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- RECONDO, Felipe. **Tanques e togas:** o STF e a ditadura militar. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REZNIK, Luiz. **Democracia e segurança nacional:** a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- SEBADELHE; Otavio; PEIXOTO, Luiz Felipe de Lima. **1976: O movimento Black Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.
- SKIDMORE, Thomas. **The politics of military rule in Brazil:** 1964-1985. New York; Oxford: Oxford University Press, 1988.
- SKIDMORE, Thomas. **Black into white:** race and nationality in Brazilian thought. New York: Oxford University Press, 1974.
- STOLER, Ann Laura. **Along the archival grain:** epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada:** a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 9. ed. revisada, ampliada e atualizada comemorativa dos cinquenta anos da contra-revolução de 31 de março de 1964. Brasília, DF: [s.n.], 2013.
- WELD, Kirsten. **Paper cadavers:** the archives of dictatorship in Guatemala. Duke University Press, 2008. Acesso em: 23 jan. 2018. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/278856171/Kirsten-Weld-Paper-Cadavers-the-Archives-of-Dictatorship-in-Guatemala-Duke-University-Press-Books-2014>.
- WESTAD, Odd Arne. **The global cold war**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.